



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 01/ORDINÁRIA/CONSUNI/2022/SG-DC

Aos 22 dias do mês de março do ano de 2022, no horário das 14h, remotamente por meio de videoconferência, realiza-se a I sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2022, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Wagner Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Ângela Terumi Fushita, representante titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Armando Caputi, representante titular docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-Graduação; Cláudia Regina Vieira, representante titular docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Cristina Froes de Borja Reis, representante titular docente do CECS; Dalmo Mandelli, representante titular docente do CCNH; Elizabeth Teodorov, representante titular docente do CMCC; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Gabriella da Conceição Massafra Paiva, representante titular discente de Graduação; Gilberto Marcos Antonio Rodrigues, representante titular docente do CECS; Gilberto Maringoni, representante titular docente do CECS; Giovana Louíze da Silva, representante titular discente de Graduação; Giovanni Ferreira Marques, representante titular discente de Graduação; Gisele Ducati, representante titular docente do CMCC; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, representante titular docente do CECS; Jair Donadelli Júnior, representante titular docente do CMCC; Júlia de Holanda Poletto, representante titular discente de Graduação; Leonardo José Steil, pró-reitor de Extensão e Cultura; Luciana Aparecida Palharini, representante titular docente do CCNH; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante titular docente do CECS; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil externa; Marcelo Salvador Caetano, representante suplente docente do CMCC; Márcia Aparecida Sperança, representante suplente docente do CCNH; Marcos Vinícius Pó, diretor do CECS; Matheus Lopes Silva, representante titular discente de Pós-Graduação; Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Patrícia Dantoni, representante titular docente do CCNH; Paulo de Ávila Júnior, representante titular docente do CCNH; Rafael Arosa prol Otero, representante titular discente de Pós-Graduação; Renata Silva, representante titular dos técnicos-administrativos; Ricardo José Andrade, representante titular dos técnicos-administrativos; Roberta Kelly Amorim de França, representante titular dos técnicos-administrativos; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, diretor do CCNH; Ronaldo Cristiano Prati, representante titular docente do CMCC; Ronny Maciel de Mattos, representante titular dos técnicos-administrativos; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de Administração; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de Pesquisa; Tatiana Lima Ferreira, diretora do CMCC. **Ausências justificadas**: Hosana Meira da Silva, membro da comunidade civil externa. **Não votantes**: Carolina Moutinho Duque de Pinho, secretária-geral; Ana Carolina Ribeiro Oliveira e Silva, representante suplente discente de Pós-Graduação; Anastasia Guidi Itokazu, representante suplente docente do CCNH; Daniel Miranda Machado, representante suplente docente do CMCC; Daniel Pansarelli, representante do Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus da UFABC; Fábio Furlan Ferreira, pró-reitor adjunto de Pesquisa; Gabriela Alves dos Santos, representante suplente discente de Graduação; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação; Karina Passalacqua Morelli Frin, representante suplente docente do CCNH; Leonel de Miranda Sampaio, pró-reitor adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Luciana Paula Benetti, representante suplente discente de Pós-Graduação; Mara Lucia Almeida Silva, pró-

reitora adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Marcia Helena Alvim, vice-diretora do CCNH; Paulo Henrique de Sousa Pinheiro, representante suplente discente de Graduação; Priscila Carvalho da Silva, representante suplente discente de Graduação; Roseli Frederigi Benassi, vice-diretora do CECS; Vanessa Cervelin Segura, pró-reitora adjunta de Administração; Vanessa Elena Bomfim, representante suplente dos técnicos-administrativos; Wesley Góis, pró-reitor adjunto de Graduação. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h07, com os **Informes da Reitoria:** dando posse e as boas-vindas aos novos representantes discentes de graduação e de pós-graduação. Aproveita a ocasião para agradecer pela disposição dos eleitos na prestação desse serviço tão relevante à Universidade. Com a palavra, a secretária-geral Carolina Moutinho passa à leitura dos nomes, titulares e suplentes, respectivamente: discentes de Graduação – Júlia de Holanda Poletto e Paulo Henrique de Sousa Pinheiro; Giovana Louíze da Silva e Priscila Carvalho da Silva; Gabriella da Conceição Massafra Paiva e Gabriela Alves dos Santos; Giovanni Ferreira Marques e Marcelo Pavão Takahashi. Discentes de Pós-Graduação – Matheus Lopes Silva e Ana Carolina Ribeiro Oliveira e Silva; Rafael Arosa Prol Otero e Luciana Paula Benetti. Na sequência, em atendimento ao inciso V, do Art. 2º, da Resolução ConsUni nº 145, o presidente solicita a indicação de 1 chapa representante discente da Graduação e 1 chapa representante discente da Pós-Graduação, dentre os discentes recém empossados do ConsUni, para compor a Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (Canoa). Os representantes discentes da pós-graduação indicam os nomes de Rafael Arosa Prol Otero e Luciana Paula Benetti, titular e suplente respectivamente e os representantes discentes da Graduação indicam os nomes de Giovana Louíze da Silva e Priscila Carvalho da Silva, titular e suplente respectivamente. Não havendo manifestações contrárias, o presidente considera homologadas as indicações. Em atendimento ao inciso VII do Art. 4º da Resolução ConsUni nº 196, o presidente solicita a indicação, pelo ConsUni, de 1 representante técnico-administrativo (TA) para compor a Comissão de Relações Internacionais (CRI), considerando a saída, a próprio pedido, do atual representante TA nessa comissão. Em atendimento à solicitação, o conselheiro Ricardo Andrade indica a servidora Jeniffer Alessandra Supplizi. Não havendo manifestações contrárias, o presidente considera homologada a indicação. **Informes dos Conselheiros:** 1) a conselheira Julia Poletto convida a todos e todas para uma assembleia organizada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) que discutirá assuntos relacionados ao retorno presencial das atividades, a ser realizada no dia 03 de abril, no *campus* de Santo André; 2) o conselheiro Matheus Lopes comunica acerca do Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, em 21 de março. Também chama atenção para o assassinato do congolês Moïse Kabagambe, que completará dois meses. Em apreciação aos fatos, informa que os representantes discentes de pós-graduação elaboraram uma Moção de Preocupação em relação à situação das pessoas refugiadas no Brasil e passa à leitura do documento. O presidente parabeniza os discentes pela iniciativa. Em discussão, são feitas sugestões de aprimoramento, as quais são acatadas pelo demandante. Não havendo mais manifestações, o presidente encaminha o documento para votação. Moção aprovada por unanimidade; 3) o conselheiro Charles Morphy informa que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) abriu o sistema para a submissão de propostas de novos cursos de Pós-Graduação, fato que não ocorria há 2 anos. Pontua que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG), por meio da Comissão de Assessoramento, está empenhada para que haja a submissão de 9 novos programas de Doutorado, até o final de agosto, no intuito de que todos os Programas de Pós-Graduação da UFABC tenham Mestrado e Doutorado; 4) o conselheiro Rodrigo Cunha informa que na II sessão ordinária do

Conselho do CCNH (ConsCCNH), realizada dia 14 de março, os conselheiros manifestaram preocupação acerca do prazo diminuto para que a comunidade acadêmica se prepare adequadamente para o retorno às atividades presenciais na UFABC, a partir do 2º quadrimestre de 2022, principalmente em relação à oferta de disciplinas da graduação. Declara, contudo, sentir-se contemplado pela inclusão do item para a discussão no Pequeno Expediente que possibilitará a discussão do tema; 5) o conselheiro Dalmo Mandelli informa acerca de uma ação do Governo do Estado do Paraná que, por meio da Fundação Araucária e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, está disponibilizando cerca de 50 bolsas para acolher e integrar as cientistas ucranianas em situação de refúgio devido à guerra. Findos os Informes dos Conselheiros, o presidente sugere uma inversão de pauta, no intuito de que o Pequeno Expediente, que se refere ao Plano de Retomada Gradual das atividades presenciais na UFABC, seja transferido para depois das deliberações dos itens da Ordem do Dia. Não havendo manifestações contrárias, o presidente considera a inversão acatada. **Ordem do Dia:** Ata da I sessão ordinária do ConsUni de 2021, realizada nos dias 23 de março, 13 de abril e 20 de abril de 2021. Não havendo pedidos de alteração por parte dos conselheiros, o presidente coloca o documento em votação. Ata aprovada com 11 abstenções. Ata da II sessão ordinária do ConsUni de 2021, realizada nos dias 25 de maio e 1º de junho de 2021. Não havendo pedidos de alteração por parte dos conselheiros, o presidente coloca o documento em votação. Ata aprovada com 08 abstenções. Relatório de Gestão 2021. A relatora, Sara Cid Mascareñas Alvarez, elucida que o Relatório de Gestão é a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), com objetivo de demonstrar a adequada e regular aplicação dos recursos que foram repassados à Instituição. Informa que o relatório tem seu formato e conteúdo padronizados, apresentando documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. É elaborado com a contribuição de cada unidade administrativa e consolidado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI), diagramado pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) e deliberado, primeiramente, pela Canoa e, posteriormente, pelo ConsUni. A relatora esclarece que, a partir de 2021, o TCU determinou que o Relatório de Gestão deveria ser disponibilizado no site da UFABC até o dia 30 de abril de 2022, com conteúdo mais conciso e objetivo, com foco estratégico que aponta a relação entre os recursos públicos, as metas institucionais e a prestação de serviço. Destaca que as principais ações refletem a mudança estratégica da UFABC, considerando-se que nos encontrávamos no segundo ano da mais grave crise sanitária da atualidade, demonstrando o esforço de toda comunidade para garantir a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas no formato remoto. Identifica-se, igualmente, os anseios impostos pela pandemia, em especial as que envolvem a atualização do Plano de Retomada Gradual, o avanço de fases e a adequação dos espaços e rotinas. Informa que, em relação a 2020, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 da UFABC, apresentou um corte de 18%. A relatora elenca alguns dos principais resultados alcançados em 2021, tais como: o processo seletivo para ingresso em 2021, realizado totalmente em formato remoto; a discussão sobre a curricularização da Extensão; a organização e realização de eventos, como o III Congresso da UFABC; a ampliação da oferta de bolsas acadêmicas voltadas a estudantes beneficiários de políticas afirmativas; a institucionalização da Central Computacional Multiusuário; a adequação do sistema e a elaboração de modelos no módulo de Registro de Diplomas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA); a reunião aberta com a comunidade para deliberar sobre questões referentes ao cenário da pandemia; o acolhimento psicossocial individual e coletivo oferecido a toda a comunidade acadêmica, com ações contínuas e pontuais; a realização de mobilidades virtuais na graduação e na pós-graduação; e a finalização das obras do Bloco Zeta. Destaca que na I reunião ordinária da Canoa, realizada dia 10 de março, foram feitos apontamentos relacionados à forma e

138 à necessidade de detalhamento e complementação de algumas informações, sem que o conteúdo
139 do documento fosse alterado, informando que as propostas de alterações foram acatadas e o
140 documento aprovado por unanimidade. Em complemento, a representante da área demandante,
141 Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, esclarece que o
142 exercício orçamentário e financeiro da UFABC se encerra em meados de janeiro, com diversos
143 procedimentos junto ao Ministério da Economia e ao Ministério da Educação que resulta em um
144 calendário apertado para a produção e consolidação do Relatório e, por fim, apresentação do
145 material à comunidade acadêmica. Salienta o esforço de todos os envolvidos na elaboração do
146 documento. Agradece aos conselheiros e conselheiras que enviaram propostas de alteração,
147 sempre na perspectiva de aperfeiçoar o Relatório de Gestão que representa somente uma parte no
148 processo de prestação de contas da universidade ao TCU. Em discussão, os conselheiros
149 parabenizam a todas as pessoas envolvidas na elaboração do Relatório e levantam os seguintes
150 pontos: 1) questiona-se o aumento do custeio nos itens relacionados ao transporte e ao Restaurante
151 Universitário (RU), visto que tais serviços permaneceram inativos em 2021; 2) questiona-se sobre
152 os valores utilizados no transporte e deslocamento universitário, além da capacitação, admissão e
153 concurso de servidores; 3) questiona-se a relevância da declaração, no Relatório, do ganho de
154 produtividade no setor administrativo da UFABC, visto que existem outras áreas na universidade
155 que não apresentaram avanços durante a pandemia, como é o caso do grande volume de disciplinas
156 represadas. Em resposta aos comentários, a representante da área demandante, Mônica Schröder,
157 esclarece que, quando se trata do RU, o orçamento está sendo utilizado no Auxílio Alimentação e
158 no Auxílio Alimentação Emergencial e, em relação ao transporte universitário, parte do orçamento
159 fora utilizado em bolsas de Iniciação Científica e diversos outros projetos. Complementa que
160 serviços continuados como o RU e o transporte, em geral, são considerados despesas fixas. Quanto
161 à capacitação, admissão e concurso de servidores, elucida que este item envolve vários gastos que
162 podem ser detalhados posteriormente aos conselheiros, porém não necessitam ser colocados no
163 documento. A relatora Sara Cid esclarece que, apesar de existirem alguns setores que não sofreram
164 melhora no desempenho durante o ano de 2021, acredita ser de extrema importância demonstrar
165 que a UFABC, mesmo com as atividades suspensas, não estava paralisada, mas sim, esforçando-
166 se coletivamente para manter a universidade funcionando. O vice-presidente, Wagner Carvalho,
167 declara que, para além desse ser um Relatório de Gestão, é o relatório de um ano totalmente atípico,
168 de pandemia do começo ao fim, que permitiu a UFABC se reinventar para manter a universidade
169 ativa, produtiva e atuante, enaltecendo o grande número de ações e envolvimento da comunidade
170 acadêmica nesse período. Não havendo comentários adicionais por parte dos conselheiros, o
171 presidente coloca o documento em votação. Aprovado com 4 abstenções. Minuta de resolução que
172 dispõe sobre a criação do Observatório da UFABC e sobre suas atribuições no âmbito da política
173 de gestão de dados da UFABC. A relatora, Tatiana Ferreira, faz um breve histórico da proposta,
174 pontuando que o Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022 (PDI) prevê a criação de três
175 observatórios e que, no momento da revisitação do PDI ocorrida em 2019, houve a proposta de
176 manutenção de ao menos um deles, como uma convergência da proposta inicial. Destaca que desde
177 2020 existe um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
178 (Fapesp) em conjunto com as universidades paulistas, denominado Projeto Métricas, que contou
179 com a participação da UFABC em 2020 e 2021, além da participação de diversas áreas e servidores
180 da UFABC. Devido à participação intensa da UFABC nesse projeto, verificou-se a necessidade da
181 criação do Grupo de Trabalho (GT) Métricas, gerando o relatório trazido para este Conselho.
182 Esclarece que na ocasião apontou-se o potencial para que a UFABC criasse o próprio Observatório,
183 reunindo três eixos principais: a excelência, as políticas afirmativas e a interdisciplinaridade.
184 Salienta que a criação do Observatório é importante para a comunidade acadêmica conhecer a si

mesma, assim como o que é produzido, além de se entender a inserção da UFABC no âmbito nacional e internacional. Ademais, relata que a criação do Observatório traz a possibilidade da criação de indicadores próprios para embasar as políticas institucionais, bem como subsidiar a gestão na tomada de decisões. Indiretamente, traz benefícios na parametrização dos dados e na implantação de sistemas de informação, permitindo que a instituição avalie e planeje suas atividades em consonância com a missão da UFABC. Por fim, comunica seu parecer favorável à aprovação do documento e coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos. O representante da área demandante, Wagner Carvalho, agradece à relatora e comunica a todos e todas que hoje ocorre a abertura do III Curso de Métricas, com a participação de sete integrantes da UFABC. Acata todas as propostas feitas pela relatora. Em discussão são levantados os seguintes pontos: 1) demonstra-se preocupação de a composição do grupo proposta para o Observatório ser diminuta, considerando os objetivos do grupo; 2) questiona-se a inclusão da previsão de recursos de custeio para materiais permanentes e de consumo, além das previstas anteriormente; 3) solicita-se a inclusão, na minuta, da criação de mecanismos de divulgação dos resultados e diálogo com a comunidade, como forma de promover maior interlocução. Em resposta, a relatora acredita que, quanto ao tamanho do grupo, a depender do andamento do Observatório, o número de integrantes possa ser revisto. Ademais, acredita que o grupo possa começar restringindo as temáticas para a análise dos dados, filtrando aquilo que considera mais importante para o momento. Em relação ao fomento de bolsas e recursos financeiros, esclarece que foi feita uma proposta de alteração, aumentando esse fomento, prevendo-se que o orçamento da UFABC possa voltar ao que era anteriormente, além da possibilidade de auxílio da Fapesp e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O representante da área demandante esclarece que a intenção da composição do grupo foi, justamente, mostrar à comunidade o quanto poderão ser abrangentes as investigações feitas pelo Observatório. Ademais, destaca que a inclusão dos Editais de chamamento, como uma possibilidade de aumentar o grupo, pode trazer auxílio em temas específicos, conforme a necessidade. Quanto ao compromisso da divulgação dos resultados, Wagner esclarece que essa é uma das principais premissas do Observatório, afirmando que será explicitado em seu Regimento Interno, que será elaborado posteriormente à aprovação desta resolução. Não havendo mais comentários por parte do Conselho, o presidente coloca o documento em votação. Aprovado com 2 abstenções. Minuta de resolução que revisa a Resolução ConsUni nº 175, que institui a Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA) da UFABC. A relatora, Renata Silva, apresentou o documento informando tratar-se da proposta de resolução que revisa a Resolução ConsUni nº 175, que instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA) da UFABC. Esclarece que a demanda partiu de uma reunião conjunta entre a CoPA e a Comissão de Políticas Afirmativas (CPAf). Complementou que o item já foi discutido no Expediente da V sessão ordinária do ConsUni, de 2020. Pontua que a revisão se faz necessária devido à atualização de normativos externos relacionados ao tema de acessibilidade, sendo esses importantes instrumentos de garantia da inclusão no acesso e permanência nas vagas do Ensino Superior, bem como da melhoria de condições de trabalho às pessoas com deficiência da comunidade. Enfatiza que, nesse processo, as ações afirmativas têm um papel fundamental, uma vez que a legislação por si só não consegue assegurar o estabelecimento das políticas de inclusão e acessibilidade. Nesse sentido, destaca o pioneirismo da UFABC, que ao longo dos anos vem sendo referência no que tange à inclusão social no Ensino Superior público, inclusive, registrando essa bandeira em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por fim, apresenta suas sugestões de alteração: i) inclusão, no Art. 5º, da redação “propor ações políticas e práticas que visem coibir a discriminação de pessoas em razão de sua deficiência, incluindo, assim como práticas capacitistas que possam gerar barreiras atitudinais”; ii) inclusão, no parágrafo 2º, do Art. 2º, de 6 representantes técnicos

administrativos, a pró-reitoria de pós-graduação e a Superintendência de Gestão de Pessoas (SuGePe); iii) no Art. 4º, sugestão de que as reuniões da CoPA sejam convocadas com 48 horas de antecedência. Por fim, diz ser favorável à **aprovação da minuta**. O pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, Acácio Sidnei, demandante da matéria, agradece à relatora e diz acatar as sugestões propostas. Em discussão, houve manifestação da representação discente, no sentido de agradecimento pela apresentação da proposta. Como não há mais manifestações, o presidente coloca a minuta em votação, de acordo com as sugestões acatadas pela área demandante. Documento aprovado por unanimidade. **Pequeno Expediente. Discussão acerca da retomada gradual das atividades presenciais.** A pró-reitora da Graduação, Fernanda Cardoso, apresentou o planejamento para retomada das atividades presenciais da graduação, informando que ele tem como base as informações colhidas junto ao Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus da UFABC, que indicou que fosse considerada a oferta presencial, com a possibilidade de atividades remotas, bem como a ocupação parcial de alguns espaços da universidade. Lembrou que no dia 25 de fevereiro, o Conselho de Ensino, Pesquisa Extensão (ConsEPE) aprovou alterações na Resolução ConsEPE nº 245, que viabilizou a continuidade do planejamento, cuja diretriz seria de oferta de disciplinas no formato presencial, com a possibilidade de oferta de algumas disciplinas no formato remoto. O mesmo Conselho, em 11 de março, aprovou alterações na Resolução ConsEPE nº 240, relacionadas à adesão e creditação docente nos Quadrimestres Suplementares (QS). Tais ações visam à melhoria de oferta de disciplinas presenciais. Dado o formato indefinido de oferta, explica que o período inicial de matrículas se deu num cenário de incerteza. Todavia, no segundo momento, o de ajuste de matrículas, é muito provável que o formato de oferta já esteja definido. A partir dessa particularidade, há uma demanda discente solicitando flexibilização da regra de cancelamento de matrícula para as turmas de alta demanda, tendo sido encaminhada para apreciação pelo ConsEPE. Destacou que a diretriz utilizada para o planejamento leva em consideração a condição do docente ou grupo de docentes em relação à pandemia: se participante do grupo de risco, a oferta deve ser programada no formato remoto; se não participante, a oferta deve ser programada no formato presencial. Quanto à consolidação do planejamento, destaca que foram programadas mil turmas, sendo 195 no formato remoto, 32 no formato híbrido e 773 para o formato totalmente presencial, pontuando que todas as turmas serão atendidas, observadas as regras sanitárias de ocupação das salas de aula e estudos realizados na UFABC. Pontua que, dessas mil turmas, 365 são de disciplinas obrigatórias. Por fim, explica que as coordenações tomarão as decisões sobre o número de vagas, bem como de conversão do formato de oferta, de acordo com as decisões emanadas do ConsEPE. Em seguida, o pró-reitor de Pós-Graduação, Charles Dias Morphy dos Santos, apresenta o planejamento para retomada das atividades presenciais da pós-graduação. Informa que, em 10 de março, em sessão da Comissão de Pós-Graduação (CPG), foi solicitado aos coordenadores dos programas de pós-graduação um planejamento para o segundo quadrimestre de 2022, priorizando a oferta presencial, com oferta remota excepcional, apenas para docentes que se enquadram no Grupo Ampliado de Risco, estabelecendo-se o dia 11 de abril, como a data limite para entrega do planejamento da oferta de disciplinas. Apresenta o cronograma para o segundo quadrimestre de 2022, cujas aulas têm início previsto para o dia 06 de junho. Por fim, detalha as diretrizes para execução do planejamento, considerando turmas de baixa e alta densidade, bem como o cenário epidemiológico. Ademais, esclarece que o planejamento da ProPG está de acordo com o planejamento da ProGrad, não havendo conflitos no que se refere ao atendimento e suporte de salas e equipamentos. Finalmente, o coordenador do Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus da UFABC, Daniel Pansarelli, apresentou os elementos que motivavam a presente discussão, que foram: i) a verificação de uma diminuição nos casos positivos para

279 Covid-19; ii) ausência de casos graves de contaminação, não chegando a internações; iii) a
280 necessidade de que a UFABC mantenha sua identidade como universidade socialmente
281 referenciada, não havendo ligação dessa motivação com movimentos do Governo do Estado de
282 São Paulo e, sim, com a necessidade de diálogo junto à sociedade. Em seguida, discorreu sobre o
283 percurso do assunto em pauta até que chegasse a presente discussão, esclarecendo que teve início
284 em 17 de fevereiro, sendo discutido no Comitê de Planejamento e Ações de Gestão da pandemia
285 no âmbito da UFABC e em reunião da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições
286 Federais de Ensino Superior (Andifes). Ainda no dia 17, o assunto foi discutido junto ao Núcleo
287 de Monitoramento e Testagem da UFABC e, no dia 18, junto ao grupo de dirigentes da UFABC e
288 membros do Sindicato dos Trabalhadores da UFABC (SinTUFABC). Por fim, no dia 21 de março,
289 após as discussões preliminares, chegou-se à construção da proposta pelo Comitê. Explicita os
290 entendimentos alcançados através das discussões, sendo: i) para a retomada, é necessário que o
291 Restaurante Universitário (RU) e os fretados estejam em funcionamento, havendo providências
292 em andamento; ii) será necessária uma etapa de transição de retorno às atividades presenciais; iii)
293 manutenção do Grupo Ampliado de Risco; iv) manutenção do Núcleo de Monitoramento e
294 Testagem, mesmo com o retorno presencial, incluindo a manutenção da testagem individual de
295 2000 pessoas semanalmente, bem como a exigência da comprovação vacinal; v) elaboração ou
296 atualização dos protocolos de biossegurança, considerando obrigatório o uso de máscara; vi)
297 manutenção do segundo quadrimestre como sendo suplementar, dada a fase de transição; vii) o
298 Comitê considera a suspensão do Plano de Retomada Gradual, considerando abril e maio como
299 meses de adaptação da rotina pessoal e profissional dos trabalhadores e estudantes para o retorno
300 às atividades presenciais. Por fim, esclarece que o plano apenas será suspenso, podendo ser
301 reativado, se assim o ConsUni decidir, de acordo com o cenário. O presidente, Dácio Matheus, faz
302 comentários acerca da reunião da Andifes, na qual se discutiu o retorno às atividades presenciais.
303 Destacou que várias universidades já haviam retornado em março, outras com previsão para abril
304 e algumas para maio. Esclarece que tais movimentos não consideram o fim da pandemia, todavia,
305 tem-se verificado maiores complicações pelo vírus naqueles indivíduos não vacinados, o que
306 favorece o retorno da UFABC, uma vez que a vacinação tem ocorrido de maneira efetiva na
307 comunidade. Ademais, ressalta que outros setores no entorno da UFABC já retomaram suas
308 atividades, significando o afastamento da universidade da sociedade, caso o funcionamento
309 totalmente remoto seja mantido, além de prejudicar o processo de desenvolvimento acadêmico e
310 de ensino-aprendizagem. Quanto ao uso de máscaras, defende a manutenção, uma vez que os
311 estudos apontam que ainda é precoce a decisão que faculta seu uso pela comunidade. Destaca,
312 ainda, que o retorno às atividades presenciais não significa o abandono de questões importantes
313 como a construção de um modelo de teletrabalho, nem mesmo a incorporação de práticas
314 pedagógicas saudáveis à realidade do ensino na UFABC, carecendo, em ambos os casos, de
315 discussões aprofundadas e diversificadas, no sentido de construção dessas políticas e suas
316 implementações. Em discussão, são realizados os seguintes comentários: 1) questiona-se sobre
317 como funcionarão as bancas de avaliação; 2) questiona-se se é possível estabelecer algum
318 mecanismo mais flexível de comprovação vacinal, para os casos de esquecimento ou perda do
319 cartão, bem como o mau funcionamento da plataforma ConecteSUS, no acesso à universidade; 3)
320 questiona-se se as atividades de extensão já poderão ser realizadas, bem como a reunião dos grupos
321 de pesquisa; 4) sugere-se dar ampla publicidade à volta das atividades presenciais tanto para o
322 público externo quanto para o interno, bem como divulgar todos os trabalhos que a universidade
323 vem realizando desde o início da pandemia, sinalizando à sociedade que nunca houve paralisação
324 das atividades da UFABC; 5) questiona-se se há uma previsão exata de início do funcionamento
325 do RU e dos fretados, bem como sobre como estão ocorrendo as discussões relacionadas a esse

ponto. Acrescenta-se a esse ponto a preocupação acerca da qualidade desses serviços, defendendo que seja igual ou superior ao momento antes da pandemia, tendo em vista que são serviços essenciais à segurança dos alunos; 6) questiona-se sobre como se dará o apoio à aquisição de máscaras para os estudantes; 7) sugere-se que a discussão dos protocolos locais sejam mais amplas, incluindo, também, os docentes e outras instâncias da UFABC, não somente o SinTUFABC; 8) questiona-se como seria feita a reativação do plano de retomada e, caso seja realizada mediante discussão, quem seriam os atores envolvidos; 9) manifesta-se apoio à proposta de retomada apresentada; 10) questiona-se se as bancas híbridas já poderão ser marcadas a partir de junho; 11) questiona-se se os boletins epidemiológicos seriam mantidos, mesmo com o retorno presencial; 12) pontua-se a necessidade de discussão interna acerca da moradia estudantil, de modo a realizar conversas com o entorno da UFABC e pleitear a diminuição desse custo; 13) pontua-se a importância da brevidade da decisão pela retomada, no sentido de incluir no orçamento a previsão de recursos necessários ao atendimento das demandas colocadas pela comunidade e assim medir os impactos do retorno no atual orçamento disponível; 14) questiona-se se as pessoas que optarem por não se vacinar serão impedidas de entrar na UFABC; 15) sugere-se que haja uma discussão acerca do período de trabalho, tendo em vista a menor oferta de restaurantes no entorno da UFABC, o que pode gerar aglomeração nas copas da universidade; 16) questiona-se sobre o fornecimento de máscaras aos trabalhadores terceirizados, uma vez que a norma estadual pode ensejar no não fornecimento de máscaras pelas empresas; 17) questiona-se sobre a possibilidade de gravação das aulas presenciais. Em atendimento aos comentários, o pró-reitor de pós-graduação, Charles Morphy, sobre o funcionamento das bancas de avaliação, explica que o sucesso de sua atuação no formato remoto possibilita sua manutenção, mesmo com o retorno presencial, sem prejuízo das bancas presenciais, podendo acontecer, inclusive, de maneira híbrida. Complementa que a ideia é que esse formato híbrido seja implementado a partir da retomada das atividades presenciais devido à necessidade de presença de técnicos administrativos e servidores da ProPG no *campus*. Daniel Pansarelli, sobre a comprovação da vacinação para acesso aos *campi*, informa que esse procedimento já tem sido reformulado, acreditando que a prática de comprovação deva ocorrer a cada quadrimestre, não sendo necessária a comprovação diária ou por acesso à UFABC. Sobre as atividades de extensão, informa que, desde que sejam respeitados os protocolos de biossegurança e o plano de execução do local, não há impedimento para que elas sejam realizadas. Ademais, discorre sobre o retorno às atividades de ensino, cujas atividades previstas correspondem a 80% das turmas presenciais, esclarecendo que os outros 20% do total estão dentro do Grupo Ampliado de Risco, pontuando que o retorno de quem estiver inserido nesse grupo é facultativo, não havendo impedimentos. No tocante à reativação do plano de retomada gradual, caso haja necessidade, sugere que essa decisão seja do ConsUni, podendo ser tomada intempestivamente pelo presidente do ConsUni, sem prejuízo de convocação posterior do Conselho para discussão da decisão, caso o ConsUni assim concorde. Sobre as discussões dos protocolos locais, o coordenador acredita que a forma como as discussões vêm sendo conduzidas tem sido eficiente, dando como exemplo os protocolos da graduação, que já estão em vigência. No tocante à retomada do funcionamento dos RU, esclarece que já está em curso o processo de contratação de uma nova empresa, sendo uma das condicionantes para contratação é a adequação aos protocolos de biossegurança dos espaços dos restaurantes. Ainda sobre o restaurante, pontua que não há garantia de que até o início das aulas esse processo de contratação esteja finalizado, todavia, garante que haverá um plano alternativo para garantia da alimentação aos estudantes, mesmo sem o funcionamento do RU. Sobre o auxílio de máscaras aos estudantes, explica que há um plano de apoio em curso, faltando apenas a discussão de detalhes junto à ProAP e aos estudantes. No tocante à qualidade de prestação de serviço do RU e dos fretados explica que o

processo de contratação já está levando em consideração a qualidade dos serviços em questão e considera o padrão anterior como o mínimo, embora essa premissa implique em aumento de custo, dado o cenário atual. Quanto à definição do início das atividades presenciais, informa que essa resposta cabe ao próprio ConsUni, uma vez que a retomada dependerá da presente discussão. No entanto, pontua ser importante que a decisão seja tomada ainda no mês de março, de maneira que os meses de abril e maio sirvam de adaptação e organização da comunidade UFABC, ficando a retomada presencial, de fato, para o início do mês de junho. Fernanda Cardoso, pró-reitora de graduação, faz breve explanação acerca do 2º quadrimestre, que ocorrerá no formato de QS, significando que a adesão pelos estudantes continua sendo facultativa, aplicando-se ainda as regras previstas na Resolução ConsEPE nº 240, citando outras normativas que também têm o intuito de apoiar os discentes nesse período de exceção. Explica, ainda, que não há possibilidade de gravação de aulas presenciais, uma vez que não há estrutura para tal demanda. Daniel Pansarelli explica que o boletim epidemiológico será continuado, mesmo após o retorno presencial. Quanto à comprovação de vacinação, explica que não existe impedimento de ingresso na universidade para quem não se vacinar, porém, haverá comunicação à pessoa que estiver nessa condição, sem motivação médica, sobre a abertura de procedimento administrativo disciplinar, tendo em vista o descumprimento de norma emanada do ConsUni, estando a questão aberta para discussão pelo Conselho. Já no que diz respeito às copas e ao risco de aglomeração, explica que a questão pode ser avaliada durante a elaboração dos protocolos locais de segurança, definindo-se assim a necessidade de rodízio ou de jornada reduzida. Sobre o fornecimento de máscaras aos servidores terceirizados, acredita que não haverá mudanças, uma vez que há uma Portaria da Reitoria que estabelece a obrigação de seu uso, devendo as empresas contratadas observar tal regra, mesmo diante das decisões das orientações do Governo Estadual. Sobre a preocupação relacionada ao custo de moradia dos estudantes, esclarece que essa preocupação existe e entende que ela acaba por se agravar no pós-pandemia, todavia, trata-se de uma questão que transcende os problemas causados pela pandemia e que já existiam antes dela. Ademais, pontua a dificuldade orçamentária para lidar com todas as necessidades trazidas pelos estudantes, ressaltando que já houve conversas entre a UFABC e o governo local, no sentido de melhoria dessas condições, que também são importantes, porém ultrapassam as políticas de permanência da universidade. Findas as discussões, o presidente agradece a todos pela importante contribuição para a discussão de forma que se alcance uma definição democrática acerca da retomada presencial. Como ainda há pontos na pauta da presente sessão, todavia, há necessidade de que a discussão da retomada presencial seja concluída, o presidente propõe a suspensão da presente sessão, sugerindo que, no dia 29 de março, seja convocada uma sessão extraordinária deste Conselho para discussão da minuta que tratará da retomada das atividades presenciais, reservando-se o dia 05 de abril para a continuação da presente sessão. Não há objeções à proposta e o presidente dá a sessão por encerrada. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra a primeira parte da sessão às 18h42.-----

-----Aos 05 dias do mês de abril do ano de 2022, no horário das 14h, remotamente por meio de videoconferência, realiza-se a continuação da I sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2022, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes conselheiros: Wagner Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; André Mascioli Cravo, representante titular docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Ângela Terumi Fushita, representante titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-Graduação; Cláudia

420 Regina Vieira, representante titular docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH);
421 Cristina Froes de Borja Reis, representante titular docente do CECS; Dalmo Mandelli,
422 representante titular docente do CCNH; Elizabeth Teodorov, representante titular docente do
423 CMCC; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Gabriela Alves dos Santos,
424 representante suplente discente de Graduação; Gilberto Marcos Antônio Rodrigues, representante
425 titular docente do CECS; Gilberto Maringoni, representante titular docente do CECS; Gisele
426 Ducati, representante titular docente do CMCC; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, representante
427 titular docente do CECS; Jair Donadelli Júnior, representante titular docente do CMCC; Julia de
428 Holanda Poletto, representante titular discente de Graduação; Leonardo José Steil, pró-reitor de
429 Extensão e Cultura; Leonel de Miranda Sampaio, pró-reitor adjunto de Planejamento e
430 Desenvolvimento Institucional; Luciana Aparecida Palharini, representante titular docente do
431 CCNH; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante titular docente do CECS; Marcos Vinícius
432 Pó, diretor do CECS; Matheus Lopes Silva, representante titular discente de Pós-Graduação;
433 Patrícia Dantoni, representante titular docente do CCNH; Paulo de Ávila Júnior, representante
434 titular docente do CCNH; Priscila Carvalho da Silva, representante suplente discente de
435 Graduação; Rafael Arosa Prol Otero, representante titular discente de Pós-Graduação; Renata
436 Silva, representante titular Técnico-Administrativo; Ricardo José Andrade, representante titular
437 dos técnicos administrativos; Roberta Kelly Amorim de França, representante titular dos técnicos
438 administrativos; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, diretor do CCNH; Ronaldo Cristiano
439 Prati, representante titular docente do CMCC; Ronny Maciel de Mattos, representante titular dos
440 técnicos administrativos; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de Administração; Sônia
441 Maria Malmonge, pró-reitora de Pesquisa; Tatiana Lima Ferreira, diretora do CMCC. Ausências
442 justificadas: Hosana Meira da Silva, representante externa da comunidade civil. Ausentes:
443 Armando Caputi, representante titular docente do CMCC; Giovanni Ferreira Marques,
444 representante titular discente de Graduação; Gustavo Morari do Nascimento, representante titular
445 docente do CCNH; Marcelo Furlin, representante externo da comunidade civil. Não votantes:
446 Carolina Moutinho Duque de Pinho, secretária-geral; Ana Carolina Ribeiro Oliveira e Silva,
447 representante suplente discente de Pós-Graduação; Anastasia Guidi Itokazu, representante
448 suplente docente do CCNH; Bianca Barboza Bertolotto, discente de Graduação; Fábio Furlan
449 Ferreira, pró-reitor adjunto de Pesquisa; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação;
450 Karina Passalacqua Morelli Frin, representante suplente docente do CCNH; Lígia Lopes Gomes,
451 representante suplente Técnico-Administrativo; Paulo Henrique de Sousa Pinheiro, representante
452 suplente discente de Graduação; Raí Neres, discente de graduação representante do Coletivo
453 Prisma; Rena de Paula Orofino, representante da área demandante; Roseli Frederigi Benassi, vice-
454 diretora do CECS; Vanessa Cervelin Segura, pró-reitora adjunta de Administração; Wesley Góis,
455 pró-reitor adjunto de Graduação. Apoio administrativo: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da
456 Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes
457 em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a continuação da
458 sessão às 14h03, desejando que todas e todos estejam bem. Passa a palavra para o conselheiro
459 Gilberto Maringoni que discorre acerca de um erro por ele cometido, esclarecendo que ao longo
460 dos últimos dois anos tem havido um esforço de toda a comunidade acadêmica no intuito de manter
461 a UFABC em funcionamento da melhor maneira possível. Declara que tem defendido a volta ao
462 trabalho presencial na universidade, pois acredita que há segurança sanitária suficiente para tal
463 iniciativa, visto a aprovação, semana passada, da Resolução do ConsUni que suspende o Plano de
464 Retomada Gradual. Destaca que ao se contrapor às críticas realizadas diante de seus argumentos,
465 cometeu exageros, tornando-se inoportuno. Como resultado desses exageros, enviou uma
466 mensagem para as listas públicas de *e-mails* dos servidores da UFABC, investindo contra um

servidor técnico-administrativo (TA). Afirma que não deveria ter agido de tal forma e pede desculpas, declarando não ter a intenção de alimentar diferenças com ninguém fora dos parâmetros democráticos e de urbanidade. Pontua que as divergências são naturais e devemos aprender com elas, desejando que possa haver um clima de tranquilidade e serenidade para debater assuntos importantes na defesa da educação, da ciência e da universidade pública, reiterando o pedido de desculpas pelo erro cometido. Novamente com a palavra, o presidente comunica acerca da manifestação realizada pelos conselheiros TA na videoconferência, através da exibição de cartazes durante a fala do conselheiro Gilberto Maringoni, reivindicando respeito. Aproveita a ocasião para reiterar o compromisso da gestão em manter o diálogo e o respeito entre todas as categorias. Informa que após averiguar a troca de mensagens na lista pública de e-mails, a Reitoria convocou uma reunião com a Associação de Docentes da Universidade Federal do ABC (ADUFABC) e o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SinTUFABC) no sentido de programar uma agenda de reuniões com as entidades representativas das categorias na perspectiva de resgatar as relações e o ambiente de discussões e de respeito, avançando nas temáticas que são caras a todas as categorias da Universidade, pois são fundamentais para que se possa dar prosseguimento à retomada das atividades presenciais com tranquilidade e responsabilidade. Reitera, em nome da Reitoria, o mais profundo respeito aos TAs por toda a dedicação e todo o esforço na manutenção da UFABC. **Expediente: Minuta de resolução que regulamenta o Art. 21, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para fins de percepção de remuneração, retribuições, bolsas, ganhos econômicos, GECC e FCC, no Regime de Dedicação Exclusiva do docente (RDE).** A relatora, Sônia Malmonge, esclarece que esse documento apresenta diversas adequações que refletem as discussões realizadas na V sessão ordinária do ConsUni, realizada dia 23 de novembro de 2021 e destaca os principais pontos: i) exclusão do Art. 4º, visto que a explicitação das competências estão elencadas no Art. 3º; ii) inclusão de um novo artigo especificando as competências da Comissão Permanente de Convênios (CPCo), conforme o estabelecido pela Resolução ConsUni nº 192; iii) no Art. 10, onde se lê: “No que couber, as atividades regulamentadas nesta Resolução devem ser devidamente registradas no Sistema Integrado de Gestão da Universidade”. Leia-se: “No que couber, as atividades regulamentadas nesta Resolução, que demandam aprovação pelo Conselho do Centro, devem ser devidamente registradas no Sistema Integrado de Gestão da Universidade”; iv) adequação do Anexo 1 às modificações realizadas no corpo da minuta; v) inclusão, no item 8 do Anexo 2, do texto: “incluindo atividades que se caracterizam como aula mas sejam, comprovadamente, de natureza esporádica e não enquadradas nos parâmetros do art. 2º da Resolução ConsUni nº 183”; vi) alteração do texto na coluna Controle de Acompanhamento, do item 11 do Anexo 2: “O Centro deve realizar o controle do tempo de dedicação. O acompanhamento do projeto deve ser feito conforme estabelecido na Resolução CPCo 01/2014 ou norma que a substitua”. Em discussão, são elencados os seguintes pontos: 1) manifesta-se preocupação em relação ao item 8 do Anexo 2 por incluir atividades que se caracterizam como aula, visto que podem surgir solicitações que desvirtuem a caracterização da dedicação exclusiva dos docentes da UFABC; 2) solicita-se esclarecimento quanto ao termo “natureza esporádica” especificado no item 8 do Anexo 2; 3) questiona-se, nos itens 11 e 12 do Anexo 2, quanto ao limite de horas especificados e se há a possibilidade de quantificar um percentual de ganho, parametrizado com o salário do docente; 4) questiona-se a possibilidade da menção no Art. 6º da minuta, do Art. 9º da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico e trata sobre acordos de parceria entre as iniciativas públicas e privadas; 5) manifesta-se preocupação, no item 8 do Anexo 2, de que o texto tenha adquirido um significado muito amplo, sugerindo-se reduzir o limite de dedicação para menos de 30h; 6) elucida-se que as atividades que não estão enquadradas nos parâmetros do Art. 2º da

Resolução ConsUni nº 183 não caracterizam relação de ensino e aprendizagem vinculadas a um Plano de Curso e a uma instituição, salientando-se que a via ensino-aprendizagem, implica, necessariamente, em uma relação entre docente e aluno, com acompanhamento do conteúdo ministrado e avaliações; 7) propõe-se, para o item 8 do Anexo 2, a seguinte redação: “Retribuição pecuniária, na forma de *pro labore* ou cachê, pago diretamente ao docente por ente distinto da UFABC, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente, incluindo as denominadas como aula, desde que de natureza eventual e não enquadradas nos parâmetros do Art. 2º da Resolução ConsUni nº 183”; 8) questiona-se se a contratação de docente para elaboração de artigo científico eventual está contemplado no item 12 do Anexo 2; 9) manifesta-se apoio à manutenção do limite de dedicação de 30h, no item 8 do Anexo 2, visto que diversos docentes são chamados para ministrar Aula Magna no exterior, colaborando com o processo de internacionalização da UFABC; 10) questiona-se em qual item se enquadraria a participação de revisão de projeto de pesquisa internacional ou participação na edição de revistas internacionais. Em resposta aos questionamentos, a relatora esclarece que, quanto à possibilidade de se quantificar um percentual de ganho, o Art. 7º traz a diretriz que limita o valor máximo recebido pelos docentes. Informa que a Lei nº 13.243 é mencionada nos itens 11 e 12 do Anexo 2, porém não se opõe a sua inclusão no Art. 6º da minuta. Acerca do termo “esporádico” presente no item 8 do Anexo 2, elucida que a inclusão da menção da Resolução ConsUni nº 183 se deu justamente para vincular o significado de aula ao texto, além de auxiliar no entendimento dos fatores que podem determinar a classificação de uma atividade como esporádica. Ademais, não acredita que o texto esteja muito permissivo, nem que toda a atividade que não se enquadrar como aula será considerada esporádica, uma vez que dependerá da avaliação do Conselho dos Centros, principalmente quando surgirem solicitações para uma única atividade de 30h e informa que esse limite de carga horária de dedicação é uma especificação que consta na Lei nº 12.772. Quanto à proposta de nova redação para o item 8 do Anexo 2, acata a sugestão. O vice-presidente, Wagner Carvalho, destaca que existem diversas atuações da UFABC para expansão das atividades, principalmente do reconhecimento da Universidade no âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, pontua que a diminuição do limite de 30h pode cercear situações que são extremamente favoráveis à UFABC. Em relação à contratação de docentes para elaboração de artigo científico eventual, a relatora afirma que essa modalidade se enquadra no item 8 do Anexo 2, porém esclarece que será possível, futuramente, ser considerado como Apoio Técnico Especializado, em uma Resolução própria a ser elaborada. Quanto à participação na revisão de projeto de pesquisa internacional ou participação na edição de revistas internacionais, esclarece que se enquadrariam no item 12 do Anexo 2. Respondidos os questionamentos dos conselheiros, a relatora sugere que o item seja promovido à Ordem do Dia. Tendo em vista a manifestação contrária de diversos conselheiros, a relatora retira a proposta de promoção. O presidente anuncia que o documento segue para Ordem do Dia da próxima sessão ordinária com a designação de um novo relator. Minuta de resolução que estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal do ABC, com foco na promoção da igualdade e equidade de gênero e no combate às violências contra as mulheres e as pessoas LGBTQIA+. A relatora, Rena Orofino, contextualiza a proposta destacando alguns conceitos importantes para o entendimento, como respeito e empatia. Pontua os fatos históricos e números que refletem a luta pelo reconhecimento da igualdade e equidade de gênero, não só no Brasil, mas no mundo. Destaca a importância da UFABC nesse processo, uma vez que, ao discutir o texto em pauta, reforça sua posição de defesa em relação à matéria de igualdade de direitos à comunidade LGBTQIA+ e mulheres. Ressalta que os inúmeros casos de discriminação que ocorrem em todos os níveis institucionais, tanto na UFABC como em outras instituições, refletem a necessidade de uma

561 tratativa mais ampla, motivo pelo qual se apresenta uma minuta de caráter abrangente, não apenas
562 paliativo. Destaca que os objetivos pretendidos com a política em pauta, são: i) a construção de
563 mecanismos de identificação das discriminações e seu tratamento com a devida providência, de
564 forma política, para além das questões pessoais; ii) a formação da comunidade acadêmica sobre o
565 tema; iii) a construção de políticas que criem espaços representativos e equitativos; iv) o reforço
566 do posicionamento da UFABC como sendo uma universidade referência no que tange à discussão
567 de temas centrais da sociedade; v) a criação da Comissão Permanente de Acompanhamento da
568 Política de Diversidade Sexual e de Gênero. Quanto à estrutura do documento, destaca que se
569 divide em apresentação, princípios, diretrizes e objetivos, que visam a esclarecer o que se pretende
570 com a resolução. Além disso, o documento define as responsabilidades gerais e específicas, de
571 modo a deixar claro o papel de cada um dentro desse processo. Ainda, a minuta destaca um
572 conjunto de garantias de que os objetivos pré-estabelecidos serão cumpridos. Informa que a
573 demanda partiu de mobilização estudantil, por meio do Coletivo Prisma Dandara dos Santos, tendo
574 sido discutida em várias instâncias da universidade, de acordo com a capacidade de contribuição
575 de cada uma. Por fim, destaca que o texto foi discutido e aprovado pela Comissão de Políticas
576 Afirmativas (CPAf), estando, todavia, aberto para a construção democrática. Em discussão, são
577 realizados os seguintes apontamentos: 1) questiona-se se a competência para a atribuição de
578 estudos de gênero nas Licenciaturas Interdisciplinares (LIs) e Bacharelados Interdisciplinares
579 (BIs) não seria do ConsEPE; 2) parabeniza-se a apresentação da política, destacando-se os agentes
580 participantes de sua construção e a importância dela para o tema na comunidade UFABC; 3)
581 questiona-se a necessidade de colocação de atribuições da Ouvidoria da UFABC no texto, uma
582 vez que as colocadas já correspondem a atribuições pertinentes à função do próprio setor; 4)
583 sugere-se que os conceitos, princípios, diretrizes e objetivos sejam, no que for possível,
584 sintetizados, tendo em vista facilitar o entendimento dessa política pela comunidade; 5) sugere-se
585 que sejam revisadas algumas redundâncias relativas a competências, buscando, inclusive, maior
586 amplitude administrativa no recebimento e tratativa de conflitos, não limitando apenas às
587 direções/chefias e Ouvidoria. Ainda nessa linha, sugere-se levar em consideração a análise do
588 papel dos Centros nos processos demandados pela política em pauta, uma vez que, no momento
589 atual, está em curso a elaboração e revisão dos regimentos internos das áreas, o que gera a
590 necessidade de discussão do que está sendo proposto na minuta, em termos de competências; 6)
591 sugere-se que a disciplina relativa ao tema seja colocada de modo amplo, como uma “temática de
592 gênero”, tendo em vista abarcar quaisquer mudanças de nomenclatura nas disciplinas e facilitar o
593 alcance da interdisciplinaridade; 7) observa-se que a minuta traz em seu texto a previsão de
594 alteração do Estatuto da UFABC, questiona-se ao Conselho quanto à anuência para uma
595 modificação. Nessa mesma linha, questiona-se em que momento essa alteração ocorreria.
596 Ademais, aponta-se a dificuldade que pode existir na atualização de documentos institucionais,
597 como é o caso do Estatuto da UFABC; 8) questiona-se sobre a previsão de apresentação de
598 relatórios quadrimestrais pelas áreas e a sobrecarga administrativa que tal previsão poderia gerar
599 aos setores, acreditando-se ser mais salutar que a comissão realize consulta juntos aos setores e ela
600 mesma elabore o relatório; 9) questiona-se sobre a representação dos coletivos na composição da
601 comissão; 10) questiona-se se haveria possibilidade de incluir a representação discente na
602 avaliação de casos reportados à Ouvidoria; 11) questiona-se a posição da comissão no
603 organograma da UFABC; 12) questiona-se a previsão de adaptação de espaços da universidade,
604 que podem gerar gastos para a UFABC; 13) sugere-se que a garantia de matrícula seja
605 independente do turno e vínculo acadêmico para as estudantes que são mães de crianças até 12
606 anos, uma vez que a vinculação do turno de estudo associado ao turno das crianças, não garante a
607 flexibilidade necessária, nem que as atividades acadêmicas sejam realizadas pela estudante mãe;

608 14) sugere-se a reestruturação dos textos colocados entre os objetivos, princípios, diretrizes e
609 organização no documento; 15) sugere-se texto que coloca os estudos de gêneros como disciplina
610 obrigatória e dá espaço para que outras disciplinas, relativas ao tema, que venham a ser criadas,
611 sejam consideradas obrigatórias também; 16) aponta-se a importância do tema para a discussão da
612 resolução sobre assédio moral, que está em elaboração há algum tempo na UFABC; 17) sugere-se
613 que o termo “impactar a comunidade externa” seja substituído por “que sirva de referência à
614 comunidade externa”, tendo em vista o afastamento de interpretações negativas sobre a política;
615 18) sugere-se que o assunto seja mantido no Expediente até que sejam feitas as devidas discussões
616 prévias e necessárias, sobretudo acerca das competências dos setores envolvidos. Em atendimento
617 aos comentários, a relatora, sobre a competência para atribuição dos estudos de gêneros, esclarece
618 que, como se trata de uma política geral, a previsão do ConsUni apenas define o objetivo, cabendo
619 ao ConsEPE, nesse caso, a aprovação da inclusão dessas disciplinas nos BIs e nas LIs. Sobre a
620 necessidade de especificação de atribuições da Ouvidoria na minuta, explica que o objetivo é de
621 fato reafirmar o compromisso e a relação ativa da Ouvidoria no que se refere às questões de gênero.
622 No tocante à sintetização da política, é favorável à revisão do documento nessa direção,
623 agradecendo e aceitando as ofertas de apoio. No que se refere ao recebimento e tratativa de
624 conflitos, entende que a mediação inicial pela chefia/direção é importante, no sentido de dar uma
625 primeira avaliação e tratativa do conflito, buscando ao máximo por uma solução, encaminhando-
626 se à Ouvidoria, somente, quando a via interna, por si só, não for o suficiente. Sobre a inclusão da
627 temática de gênero de maneira geral, informa que a proposta especificada não se trata de uma
628 ementa negociável para os cursos básicos, uma vez que já vem de uma construção de décadas de
629 estudo. Nesse sentido, não acata a sugestão de alteração e informa que há espaço para a
630 interdisciplinaridade, sendo favorável à criação de novas disciplinas. Sobre a possibilidade de
631 alteração do Estatuto da UFABC, entende que deve ser encarada de forma positiva e não precisa
632 ser realizada de maneira intempestiva, mas, aos poucos e amparada pelas discussões necessárias,
633 no tempo adequado, pois se trata de mudanças significativas na comunidade UFABC. Sobre os
634 relatórios, explica que seriam um documento simples, a título de manutenção da comunicação
635 entre as áreas e a comissão, em direção ao alcance das políticas estabelecidas, não entendendo que
636 sejam onerosos aos setores da UFABC. Quanto à representação dos coletivos, acredita que,
637 naturalmente, os participantes desses conjuntos serão candidatos às vagas na comissão, motivo
638 pelo qual não vê a necessidade de vaga específica dos coletivos no colegiado. No tocante à
639 participação discente na avaliação dos processos da Ouvidoria, acredita que essa é uma
640 possibilidade a ser discutida junto à Ouvidoria, uma vez que há exemplos de outras instâncias de
641 avaliação de conduta discente que vedam a participação de alunos. Todavia, acredita ser necessária
642 a busca pela máxima transparência possível nesses processos, dada sua natureza e consequências
643 históricas. Sobre a proposta de transformações estruturais e arquitetônicas, não entende como um
644 simples gasto, mas uma parte fundamental do processo de construção da igualdade e inclusão,
645 usando como argumento o caso das mães com filhos pequenos, que necessitam de algum suporte
646 do seu local de trabalho para que possam atuar em tempo integral. No que se refere às sugestões
647 de reestruturação dos tópicos de princípios, objetivos, diretrizes e organização no documento, bem
648 como à sugestão de flexibilização no turno de estudo das estudantes mães, é favorável à proposta.
649 Acata, também, a sugestão de acolhimento da disciplina, bem como as que vierem a ser criadas,
650 relativas ao estudo de gêneros, como obrigatórias. Acata as sugestões de correção textual, no
651 sentido de melhor explicar os objetivos da política e afastar interpretações negativas pela
652 comunidade externa. Quanto à posição da comissão no organograma institucional, acredita que,
653 dada a importância do tema, seria salutar que ela estivesse vinculada ao próprio ConsUni ou à
654 Reitoria. Por fim, é favorável à proposta de manutenção da minuta no Expediente para discussão

de pontos em aberto. Diante da concordância da demandante, o presidente informa que o documento retornará no Expediente da próxima sessão ordinária. Minuta de resolução que altera a Resolução do Conselho Universitário nº190, que estabelece reservas de vagas para pessoas Transgêneras, nos cursos interdisciplinares da UFABC e cria a Comissão Especial para Pessoas Transgêneras - CEPT. A relatora, Rena Orofino, inicia a apresentação informando que a CEPT foi criada em 2018, quando foi aprovada a reserva de vagas de 1,5% para pessoas transgêneras nos cursos interdisciplinares da UFABC. Em relação às alterações realizadas no documento, esclarece que, no Art. 5º, se percebeu que o papel a ser realizado poderia ser maior que o apresentado, decidindo-se, portanto, passar essas responsabilidades, através de um Regimento próprio, para a Comissão de Políticas Afirmativas (CPAf), esfera mais sensível ao tema. No Art. 6º, informou que a sugestão de alteração foi no sentido de que a composição da Comissão seja definida pelo Regimento a ser criado, uma vez que na redação anterior do documento havia um conflito de interesses, pois a CEPT avalia denúncias de fraude, resultando em impedimentos legais no sentido de que alunos não podem avaliar casos de alunos, provocando um distanciamento da comunidade da qual pretendia se aproximar. Esclarece que a modificação do Art. 6º deu-se no sentido de trazer os alunos de volta para a Comissão, tornando sua participação mais ativa e acolhedora para a própria comunidade discente. No Art. 10, a relatora informa que a modificação realizada retira a elaboração da avaliação anual, permanecendo apenas o acompanhamento permanente pela CEPT, pela CPAf e pela ProAP. Ademais, destaca que ao longo dos últimos três anos houve um aumento gradual das iniciativas realizadas pela CEPT, tornando a Comissão mais conhecida pela comunidade discente. Não havendo manifestações por parte dos conselheiros, propõe-se que o item seja promovido à Ordem do Dia. Não havendo objeções, considera-se o item promovido. Após a promoção, são realizados os seguintes apontamentos: 1) sugere-se, no Art. 5º, a alteração do nome de “Comissão Especial para Pessoas Transgêneras” para “Comissão Especial para Pessoas Transgêneras, Transexuais e Travestis”; 2) propõe-se correções ortográficas; 3) sugere-se que o acompanhamento realizado pela Comissão não se restrinja apenas àqueles que ingressam pela reserva de vagas, alterando-se as competências estabelecidas no documento para um atendimento mais abrangente. Não havendo objeções por parte da relatora e do Conselho, considera-se alterado o nome da comissão para Comissão Especial para Pessoas Transgêneras, Transexuais e Travestis. Acerca das propostas pontuais de texto, a relatora acata as sugestões. Quanto às competências, o presidente considera importante a alteração da minuta para que todas as pessoas transgêneras, transexuais e travestis sejam acolhidas, independentemente da forma de ingresso na UFABC, porém sugere que sejam estabelecidas pelo Regimento que será elaborado pela CPAf. Sugestão acatada pela relatora e pelos conselheiros. Não havendo outras manifestações por parte do Conselho, o presidente coloca o documento, com as alterações acatadas, em votação. Aprovado por unanimidade. A relatora manifesta esperança de que a aprovação dessa minuta seja um importante passo no sentido do acolhimento adequado às pessoas transgêneras, transexuais e travestis, incentivando o surgimento de um coletivo sensível à matéria, salientando a honra em apresentar à UFABC pautas como essa. O presidente aproveita a ocasião para reiterar o compromisso da Universidade que desde sempre tem buscado pautar em seu Projeto Pedagógico a inclusão e a ampliação da participação da sociedade no ensino superior. Homologação do Ato Decisório ConsUni nº 208, que aprovou, ad referendum, o afastamento do reitor, professor Dácio Roberto Matheus, SIAPE nº 2669171, para participação na reunião do Conselho de Reitores da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), da qual a UFABC é associada, a ser realizada em Montevidéo – Uruguai no período de 09 a 12 de março de 2022, incluindo trânsito. O relator, Wagner Alves Carvalho, esclarece que o Ato Decisório, publicado no dia 08 de março, refere-se a uma viagem do Reitor para a participação da reunião do Conselho de Reitores da

702 AUGM em Montevideu, principal instância que promove as deliberações na Associação, tonando
703 a participação fundamental para a UFABC. Esclarece que não havia tempo hábil para a submissão
704 do afastamento do Reitor ao ConsUni, dessa maneira, houve a necessidade da aprovação *ad*
705 *referendum*. Não havendo manifestações, sugere-se que o item seja promovido à Ordem do Dia.
706 Não havendo objeções, o item é promovido. Após votação, a homologação do documento é
707 aprovada por unanimidade. O presidente informa que o principal documento deliberado na reunião
708 da AUGM tratou do Congresso Mundial de Ensino Superior que deve acontecer no mês de maio
709 em Barcelona. Salientou que o Congresso é promovido pela *United Nations Educational, Scientific*
710 *and Cultural Organization* (UNESCO) com os representantes de Estado, porém, têm contado com
711 a representação das universidades latino-americanas, no intuito de interferir e discutir, sobretudo,
712 a pauta da garantia da gratuidade do ensino superior como um direito de todos e um dever do
713 Estado. Com a palavra, a secretária-geral Carolina Moutinho, reforça a solicitação para que os
714 conselheiros indiquem um representante docente, um representante técnico administrativo, um
715 representante discente de graduação e um representante discente de pós-graduação para comporem
716 o Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referentes ao Coronavírus da UFABC, informando
717 que as indicações podem ser enviadas por *e-mail* à Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral.
718 Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de
719 todos e encerra a sessão às 17h34. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da
720 Divisão de Conselhos, Jeanderson Calos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes
721 em administração, em conjunto com a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho,
722 lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Jeanderson Carlos de Souza Silva
Assistente em Administração

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretária-Geral